

# Uma Beligerância sem Privilégios: O Exército Republicano Irlandês

Coronel (Res) Michael F. Noone Jr., Força Aérea dos EUA

*As declarações formais de guerra saíram da moda há muito tempo. Porém, quando um estado de beligerância é reconhecido por todos os países envolvidos, os indivíduos que matam cidadãos inocentes (explodindo bombas, por exemplo) não são considerados assassinos e até podem ser condecorados militarmente. Se capturados pelo inimigo, são considerados prisioneiros de guerra e não criminosos.*

*No entanto, o que acontece quando somente um dos lados considera a existência do estado de beligerância e o outro não? O Exército Republicano Irlandês, mais conhecido como IRA (do inglês Irish Republican Army), acredita que está envolvido numa guerra contra o Reino Unido e emprega a linguagem apropriada de um estado de beligerância, falando em “trégua” e “hostilidades renovadas”. Nós, ao contrário, negamos que exista um estado de beligerância e condenamos àqueles que praticam atentados a bomba como assassinos, à semelhança de qualquer outro criminoso que mata intencionalmente.*

*Então, quem decide quando as partes envolvidas não estão de acordo quanto à existência ou não de um estado de beligerância? O reverso da moeda agora é evidente na forma de um protesto contra o tratamento privilegiado de prisioneiros de guerra concedido a um grande número de criminosos da Irlanda do Norte que cumprem penas longas por crimes comuns num dos nossos presídios de alta segurança.*

— Lady Wooton de Abinger<sup>1</sup>

**Q**UANDO O Governo Britânico aplicou as táticas de contra-insurreição (que desenvolvera nas colônias) em sua política de violência contra “Os Problemas” ocorridos na Irlanda do Norte durante a década de 70, surgiram problemas legais.<sup>2</sup> O IRA declarou que estava em guerra. Estava? Se fosse assim, quais seriam os direitos que o IRA poderia reivindicar e quais seriam os deveres que precisava cumprir? Se “Os Problemas” não eram uma guerra, quais seriam as conseqüências legais, e quem as definiria? No final das contas, as táticas do governo foram analisadas pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos.<sup>3</sup> O julgamento do tribunal, obrigando apenas os estados dentro da sua jurisdição, serve como critério para avaliar as práticas dos EUA e enfatizar a lacuna entre a lei de direitos humanos em tempo de paz e a lei humanitária na guerra. Essa lacuna é de importância especial para as Forças Armadas dos EUA, que estão lutando em terreno legal mal definido e têm sido criticadas por não cumprirem o previsto na lei.

## Os Problemas

Anualmente em agosto, a maioria protestante na Irlanda do Norte comemora a vitória em Londonderry contra o exército invasor do rei católico Jaime II em 1689. Em 1969, a Temporada dos Desfiles culminou em 12 de agosto quando a multidão protestante fez sua manifestação tradicional nas muralhas da cidade e jogou os centavos simbólicos na área católica de Bogside, situada logo abaixo. Naquele ano, os católicos, que haviam sido banidos dos

desfiles, responderam com pedras, tijolos e bolas de gude lançados por catapultas.<sup>4</sup>

As tentativas da polícia para intervir no distúrbio fracassaram e, naquele mesmo dia, demonstrações católicas semelhantes — sinalizadas pela construção de barricadas, ataques contra as delegacias policiais e interrupção de trânsito — ocorreram por toda a província. Subsequentemente, tropas foram desdobradas para restaurar a lei e ordem, enquanto batalhas intensas ocorreram entre as multidões católicas e protestantes. No princípio, a comunidade católica recebeu com prazer a intervenção do

***Então, quem decide quando as partes envolvidas não estão de acordo quanto à existência ou não de um estado de beligerância? O reverso da moeda agora é evidente na forma de um protesto contra o tratamento privilegiado de prisioneiros de guerra concedido a um grande número de criminosos da Irlanda do Norte que cumprem penas longas por crimes comuns num dos nossos presídios de alta segurança. — Lady Wootton de Abinger***

Exército porque o considerava politicamente neutro diferente da Polícia Real de Ulster (semelhante à Guarda Nacional dos EUA), que era preponderantemente protestante e percebida como sustentadora do status quo.

Contudo, a atitude da comunidade de minoria católica mudou em relação ao Exército, quando percebeu que sua missão era manter em poder o governo unionista protestante. Entretanto, em janeiro de 1970, os integrantes do IRA que apoiavam a violência se separaram da organização principal e formaram o IRA Provisional. Os Provisionais cometeram atos de violência contra o Governo, o Exército e a Polícia. A comunidade protestante respondeu, formando grupos vigilantes. A violência aumentou drasticamente, chegando ao clímax no Domingo Sangrento de 30 de janeiro de 1972, quando (baseada em circunstâncias que ainda são controversas) os pára-quedistas dispararam contra

uma multidão na área de Bogside em Londonderry, matando 13 jovens menores de 19 anos e ferindo mais 13 adultos, incluindo uma mulher. Até 1984, quando o Exército se retirou das grandes operações na Irlanda do Norte, o número de mortos atingia 377 soldados do Exército e 146 da Polícia Real de Ulster. Também foram mortos 198 policiais e 1.668 civis.

Quando a violência política alcança certo nível de intensidade, o governo tem que responder a duas perguntas fundamentais: As forças militares precisam ser empregadas para apoiar ou substituir a polícia? O sistema de justiça criminal deve ser suplementado de alguma maneira por meios extraordinários?

Uma resposta afirmativa à primeira pergunta tem conseqüências legais. Se a intranquilidade atinge o nível de guerra civil, “a lei de guerra consuetudinária torna-se aplicável, reconhecendo os rebeldes como beligerantes.”<sup>5</sup> A lei doméstica pode considerá-los traidores, mas uma vez que sua beligerância é reconhecida por outros estados e se obedecem a lei de guerra, os comandantes rebeldes podem reivindicar as proteções da lei de guerra.<sup>6</sup> Certamente os dois lados vêem o reconhecimento internacional da beligerância como uma aprovação da reivindicação dos rebeldes para a legitimidade.

Se os rebeldes não são reconhecidos (e raramente são), a lei internacional reconhece um estado de insurreição, que pode implicar conseqüências legais domésticas e internacionais. Se dentro dos seus esforços para substituir o governo, os insurretos aderem à lei de guerra (raramente a aderem), a comunidade internacional espera que sejam tratados humanamente, embora a lei doméstica os considere rebeldes.<sup>7</sup> A violência política que ainda não chegou ao nível de insurreição é ainda menos considerada na escala de beligerância.

A lei doméstica (modificada, talvez, pelos dispositivos legais vigentes durante um estado de emergência) desconsidera os motivos e acordos das pessoas envolvidas na violência política, tratando-as como criminosos. No caso dos insurretos, a lei de direitos humanos internacional considera que os perpetradores da violência política sejam tratados humanamente. Por isso, para os rebeldes reivindicarem a proteção da lei humanitária internacional (a lei da guerra) eles têm que aderir à lei também. Se não aderirem, a lei internacional de direitos humanos (os padrões em tempo da paz) protegê-los-á em um nível mínimo. Os agentes do estado (soldados e policiais) também têm que obedecer às leis domésticas.

Durante “Os Problemas” da Irlanda do Norte, ocorridos na década de 1970, os soldados britânicos eram acusados de homicídio culposo, perante os tri-

bunais domésticos, se fizessem uso desnecessário de força letal, embora suas vítimas estivessem ou parecessem estar praticando atos de violência.<sup>8</sup> Segundo as regras da guerra, um soldado que emprega a força letal somente será condenado por matar uma pessoa que possua o status legal protegido de não-beligerante, quando dispara indiscriminadamente ou quando poderia ter empregado uma arma não-letal.<sup>9</sup> A ordem de disparar para matar um combatente inimigo é lícita nas operações militares em tempo da guerra, mas ilícita para um soldado no decorrer das operações policiais. Um analista da chamada “guerra secreta” pergunta: “Por que as forças de segurança são os primeiros elementos a chegarem ao local do incidente? Se é um resultado de presciência de um ataque terrorista, pode haver outros meios de impedi-lo além da confrontação armada.

“Uma vez iniciado o confronto entre soldados ou policiais contra os terroristas, é necessário empregar armas de fogo? Isso implica na importante questão de saber se os terroristas estão armados e alertados de que a força está para ser utilizada.

“Finalmente, uma vez que os soldados e policiais tenham decidido a disparar, para onde apontam suas armas? São instruídos para dispararem nos órgãos vitais da pessoa e continuarem atirando até que o alvo esteja fora de ação, geralmente de forma permanente, ou há outras maneiras para se empregar uma arma? Quanto ao procedimento de literalmente atirar para matar, nunca fora questionado que o treinamento enfatiza a necessidade de utilizar uma arma desta maneira, uma vez que o atirador se encontra em uma situação de risco. Por isso, os dois outros elementos da política “disparar para matar” recebem a maioria das investigações.”<sup>10</sup>

Essas perguntas são impensáveis para um soldado confrontando um inimigo beligerante em tempo de guerra. Também durante uma guerra, um soldado não necessariamente precisa estar em grande perigo para atirar para matar o inimigo. O IRA e seus defensores utilizavam termos apropriados para um beligerante quando falava de tréguas ou de renovar as hostilidades. Não obstante, os críticos das políticas britânicas na Irlanda do Norte insistiram que as Convenções de Genebra não eram aplicáveis: “É importante enfatizar que nenhum estado de beligerância ou conflito armado oficialmente existe na Irlanda do Norte... Se as leis da guerra fossem aplicáveis, o padrão legal de análise relevante para alguns dos incidentes de força letal seria as Convenções de Genebra...”<sup>11</sup> Assim, ao chamar o Exército para auxiliar nos deveres policiais, nem o governo nem o IRA reivindicaram que as Convenções de Genebra aplicar-se-iam às decisões de empregar a

força letal. As leis internas britânicas e as internacionais de direitos humanos determinaram os critérios a serem utilizados.

No auge da violência durante a década de 1970, o IRA Provisional (um ator não-estatal, antes mesmo da existência desse termo) poderia ter êxito ao reivindicar a proteção da lei de conflito armado, especificamente as Convenções de Genebra? Caso negativo, quais seriam as conseqüências? As Convenções de Genebra exigem a existência de um conflito — uma guerra. Tradicionalmente, a guerra é uma concorrência devidamente conduzida pelas forças armadas públicas.<sup>12</sup> Embora os Provisionais fossem armados, certamente não eram públicos porque não eram os órgãos de um Estado. Contudo, o Artigo 3º, comum a todas as Convenções de Genebra, contém

**Quando a violência política alcança certo nível de intensidade, o governo tem que responder a duas perguntas fundamentais: As forças militares precisam ser empregadas para apoiar ou substituir a polícia? O sistema de justiça criminal deve ser suplementado de alguma maneira por meios extraordinários?**

um entendimento de que as regras humanitárias básicas serão respeitadas nas disputas internas.<sup>13</sup> Ao explicar o significado desse artigo, R.T. Yingling e R.W. Ginnane afirmam que foram evitados certos atos (assassino, tortura e mutilação) que um estado civilizado provavelmente não faria.<sup>14</sup>

As Convenções de Genebra, combinadas com a prática consuetudinária, constituem a lei humanitária internacional — a lei de conflito armado. O artigo 4º da Terceira Convenção de Genebra declara:

*A. São prisioneiros de guerra, nos termos da presente Convenção, as pessoas que, pertencendo a uma das categorias seguintes, tenham caído em poder do inimigo:*

*1) Os membros das forças armadas de uma Parte envolvida no conflito, assim como os membros das milícias e dos corpos de voluntários que façam parte destas forças armadas;*

*2) Os membros das outras milícias e dos outros corpos de voluntários, incluindo os dos movimentos de resistência organizados, pertencentes a uma*

*Parte envolvida no conflito, operando fora ou no interior do seu próprio território, mesmo se este território estiver ocupado, desde que estas milícias ou corpos de voluntários, incluindo os dos movimentos de resistência organizados, satisfaçam as seguintes condições:*

*a) Sejam comandados por uma pessoa responsável pelos seus subordinados;*

*b) Usem um símbolo pelo qual possam ser identificadas e reconhecidas à distância;*

*c) Portem suas armas visivelmente;*

*d) Conduzam suas operações de acordo com as leis e usos de guerra.*

*3) Os membros das forças armadas regulares que obedecem a um Governo ou a uma autoridade não reconhecida pela Potência Dominante...<sup>15</sup>*

Os integrantes suspeitos do IRA não se enqua-

***Durante “Os Problemas” da Irlanda do Norte, ocorridos na década de 1970, os soldados britânicos eram acusados de homicídio culposo, perante os tribunais domésticos, se fizessem uso desnecessário de força letal, embora suas vítimas estivessem ou parecessem estar praticando atos de violência.***

dram no Artigo 4º já mencionado, pois:

- Não eram membros das forças armadas de uma Parte envolvida no conflito (se realmente foi um conflito).

- Embora (talvez) “obedecessem a... uma autoridade não reconhecida [pelo Reino Unido], não eram ‘membros das forças armadas regulares.’”

- Não eram “habitantes de um território não-ocupado, que espontaneamente se armaram para resistir às forças invasoras.”

Também, não se enquadravam no Artigo 3º, comum a todas as quatro Convenções de Genebra, que estabelece:

*No caso de conflito armado que não apresente um caráter internacional e que ocorra no território de uma das Altas Partes Contratantes, cada uma das Partes envolvidas no conflito será obrigada, pelo menos, a seguir as seguintes disposições:*

*1) As pessoas que não tomem parte diretamente nas hostilidades, incluindo os membros das forças*

*armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimentos, detenção ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem distinção de raça, cor, religião ou crença, sexo, nacionalidade, condição financeira, ou qualquer outro critério análogo.*

*Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas acima mencionadas:*

*a) As ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios;*

*b) A tomada de reféns;*

*c) As ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;*

*d) As condenações proferidas e as execuções efetuadas sem prévio julgamento realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.<sup>16</sup>*

Reconhecer que “Os Problemas” se constituíram em um conflito armado de âmbito local (um fato que o Governo de Sua Majestade contestou) significa que os suspeitos de integrarem o IRA não poderiam reivindicar a condição de “pessoas que não tomam parte diretamente nas hostilidades” ou “membros das forças armadas que tenham deposto as armas.”<sup>17</sup>

Quais são as conseqüências jurídicas da utilização de meios legais extraordinários para responder à violência política? Os suspeitos do IRA acusados de crimes podem reivindicar os direitos garantidos para as pessoas acusadas pelo sistema de justiça criminal doméstico e pela lei de direitos humanos internacional. Porém, quais são os direitos que os detidos — aquelas pessoas detidas simplesmente por serem suspeitas de serem afiliadas ao IRA Provisional — podem reivindicar? Seu status legal determinou quais eram seus direitos domésticos e internacionais.

O processo *Kelly versus Faulkner e Outros* exemplifica as conseqüências legais da Operação *Demetrius*, o nome código para as operações sincronizadas que o Exército realizou em toda a província em 9 de agosto de 1971 para deter e aprisionar 500 pessoas suspeitas de serem Provisionais.<sup>18</sup> Kelly, um dos que foram presos na operação, depois processou os agentes do governo pela detenção e aprisionamento ilegal. A prisão foi autorizada pelo Ato de Autoridades Cívicas (poderes especiais) da Irlanda do Norte de 1922 e a regulação 11(1), promulgada conforme

o Ato que permitiu “qualquer membro das Forças de Sua Majestade em serviço, quando oportuno, prender sem mandado qualquer pessoa suspeita de agir, ter agido ou estar para agir prejudicialmente à preservação da paz ou da ordem...”<sup>19</sup> O Exército baseou-se nesse dispositivo legal quando prendeu Kelly. Nem os militares, nem os policiais para quem Kelly fora entregue nesse mesmo dia, lhe disseram a razão pela qual estava sendo preso. Ele só ficou sabendo dessa razão dois dias depois, em 11 de agosto, quando foi apresentado com uma cópia do mandado que autorizou sua prisão. O mandado declarou que fora preso sob o Ato de Poderes Especiais por ser uma pessoa suspeita. Devido a não ter sido entregue às devidas autoridades civis, ele pôde requerer um processo jurídico pelas perdas e danos sofridos durante o período que estivera detido ilegalmente.<sup>20</sup>

Se um mandado de prisão fosse publicado legalmente de acordo com a lei doméstica, quais direitos possuiria o detido (ou o interno)?<sup>21</sup> Vinte anos depois da Operação *Demetrius*, os editores de um livro que examina as práticas preventivas (quer dizer, não-punitivas) de detenção nos países de lei consuetudinária como os EUA e o Reino Unido observam que “uma característica marcante... é a ausência quase completa dos dispositivos legais que se preocupam especificamente com o tratamento de detidos.”<sup>22</sup> Os detidos da Irlanda do Norte possuíam, de fato, vários direitos. A causa de *Kelly* exemplifica seu direito de processar um oficial do governo por perdas e danos, caso ele tivesse sido aprisionado ilegalmente. Podem impetrar uma ação de *habeas corpus* para contestar a legalidade da detenção. As razões de sua detenção não foram fundamentais para considerá-lo suspeito, cabendo-lhe reivindicar que tal ato fora efetuado de má fé, sob considerações irrelevantes.<sup>23</sup>

Em novembro de 1972, a Ordem de Detenção de Terroristas aboliu o aprisionamento e estabeleceu um processo quase judicial, permitindo que o detido tivesse um advogado e questionasse os fundamentos de sua detenção.<sup>24</sup> O Exército não participou do processo, contudo efetuou o papel principal de implementar as técnicas coercivas de interrogatório, que chamou de “interrogatório em profundidade”.<sup>25</sup>

As técnicas tinham sido desenvolvidas a partir das experiências dos prisioneiros britânicos interrogados pelos chineses e norte-coreanos durante a Guerra da Coréia. As técnicas de interrogatório foram ensinadas na Escola de Inteligência dos Serviços Combinados, e os soldados do Serviço Aéreo Especial (*Special Air Service*) e as tripulações de aviões da Força Aérea Real (*Royal Air Force*)

aprenderam como resisti-las. No livro *Pig in the Middle: The Army in Northern Ireland 1969-1984*, Desmond Hamill afirma que: “As técnicas tinham sido empregadas em Aden, onde criaram polêmica e causaram alegações de tortura. Foi procedida uma investigação e as regras que governavam sua utilização foram revisadas... Depois, as técnicas foram usadas na Irlanda do Norte e foi acordado que a Polícia Real de Ulster precisava de treinamento nos interrogatórios. Foi decidido que a Inteligência do Exército forneceria o treinamento, mas não participaria dos interrogatórios.”<sup>26</sup>

**O IRA e seus defensores utilizavam termos apropriados para um beligerante quando falava de tréguas ou de renovar as hostilidades. Não obstante, os críticos das políticas britânicas na Irlanda do Norte insistiram que as Convenções de Genebra não eram aplicáveis: “É importante enfatizar que nenhum estado de beligerância ou conflito armado oficialmente existe na Irlanda do Norte.**

Doze dos detidos em 9 de agosto foram submetidos a um interrogatório em profundidade. No livro *The Guinea Pigs*, John McGriffin descreve umas técnicas freqüentemente usadas: permanecer em pé, frente a uma parede, em uma posição esticada; encapuzado; submetido a ruídos e à privação de sono, comida e bebida.<sup>27</sup> Duas outras técnicas alegadas consistiam em embarcar uns detidos encapuzados num helicóptero, fazendo-lhe crer que haviam decolado, e depois empurrá-los para fora da aeronave; e a forçar os detidos correrem entre duas linhas de policiais armados com porretes.

A subsequente investigação do governo não conseguiu indicar qual das agências (o Exército ou a força policial civil) era responsável por mandar e conduzir os interrogatórios.<sup>28</sup> É certo que os oficiais da Inteligência do Exército treinaram os interrogadores nas técnicas que foram descritas como crimes de guerra quando eram usadas contra as Forças da ONU na Coréia. Também, integrantes de aviação do Exército provavelmente participaram nos “vôos” de helicópteros, que tinham sido condenados depois de as forças dos EUA adotarem tal prática no Vietnã.

## A Lei e a Guerra

Este artigo trata dos direitos legais e assuntos jurídicos: a guerra e a paz, os beligerantes privilegiados e não-privilegiados e os direitos que podem ser requeridos. Se fosse aceita a reivindicação de estado beligerante, os “soldados” do IRA poderiam ser alvejados sem aviso prévio, mas se fossem capturados poderiam valer-se do status de prisioneiro de guerra e procurar proteção para os interrogatórios proporcionadas pelo Artigo 17º da Terceira Convenção de Genebra: “Nenhuma tortura física ou moral, nem qualquer outra medida coerciva poderá ser exercida sobre os prisioneiros de guerra para deles obter informações de qualquer espécie. Os prisioneiros de guerra que se recusarem a responder não poderão ser ameaçados, insultados ou expostos a um tratamento desagradável ou inconveniente de qualquer natureza.”<sup>29</sup> Contudo, eles não eram prisioneiros de guerra nem as Convenções de Genebra eram aplicáveis, mas a Lei de Direitos Humanos sim. O Reino Unido assinara a Convenção Européia para a Proteção dos Direitos Humanos, que proibiu a tortura bem como o tratamento desumano e degradante.

No processo *Ireland v. United Kingdom*, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, ao ouvir as reivindicações dos “Doze de 9 de Agosto,” se engajou na mesma análise legal dos termos que hoje são utilizados pela administração do Presidente Bush. O tribunal concluiu que as técnicas não constituíram tortura, mas sim tratamento desumano e degradante, e por isso decidiu favoravelmente aos requerentes.<sup>30</sup> Nenhum servidor civil ou militar do Governo Britânico foi punido.

Temos visto que o emprego de força letal pelos soldados foi medido pelos padrões legais domésticos e civis e que os autores foram sujeitos a processo criminal pelos desvios das normas estabelecidas em 1968 no Manual da Lei Militar, que simplesmente autoriza “qualquer pessoa empregar a força necessária nas circunstâncias para prevenir crimes.” Presumidamente, o soldado teria certa autonomia para decidir o nível de força letal a ser empregado e quando fazê-lo (se ele não tem outras alternativas), mas esta norma foi limitada pelos chamados Cartões Amarelos portados pelos soldados, para restringir o uso da força letal sem um aviso preliminar e para as situações “quando uma pessoa está cometendo, ou está para cometer, um ato atentatório à vida e não existe uma outra maneira para evitar o perigo.”<sup>31</sup>

As equipes do Serviço Aéreo Especial nas mis-

sões de vigilância secreta acreditavam que essa exigência era irracional; existe alguma evidência de perjúrio nos processos subsequentes. Devido à ameaça da abertura de processos, “oficiais dos Serviços de Assessoria Jurídica do Exército receberam instruções referentes à lei da força mínima e passaram a se encontrar com os soldados antes das inquirições conduzidas por policiais civis da Divisão de Investigação Criminal, responsável para investigar os incidentes fatais. Os assessores jurídicos também acompanhavam os soldados durante o desenrolar dessas inquirições. Desse modo, os depoimentos que os soldados prestavam aos tribunais haviam sido rotineiramente preparados sob a supervisão dos assessores jurídicos do Exército. Na década de 1980, a necessidade de convencer os tribunais de que o uso da força fora razoável e necessário ocasionou vários depoimentos semelhantes, apesar da confusão óbvia que envolvia algumas mortes.”<sup>32</sup>

Um assessor jurídico de alta hierarquia do Exército Britânico afirmou: “quando um soldado disparava a sua arma, a preocupação não era tanto saber onde os tiros atingiram. O pensamento era do tipo: ‘Ó Meu Deus! Agora teremos que submeter um relatório ao Diretor dos Processos Públicos. Alguém vai fazer perguntas na Câmara dos Deputados. Precisamos ter as respostas certas para que os interrogadores furiosos possam ser avisados que a polícia está investigando a fundo.’ Que maneira de travar a guerra.”<sup>33</sup> Certamente, o advogado sabia, intelectualmente, que não era uma guerra.

No nível internacional, os advogados solicitaram, por meio do Artigo 44º do Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra, tratar “os lutadores de liberdade” detidos como prisioneiros de guerra. Por isso, as reivindicações do IRA para a proteção aos prisioneiros sob a lei humanitária ainda são duvidosos. Sabemos que o tipo de tratamento que os integrantes do IRA receberam não violou a lei européia de direitos humanos, mas não podemos afirmar com certeza que a norma européia representa a norma internacional. Também, podemos afirmar com certeza que os advogados, juízes, acadêmicos e analistas da mídia que comentaram sobre as reações das Forças Armadas dos EUA no decorrer da Guerra Global Contra o Terrorismo demonstraram uma ignorância lamentável sobre a experiência britânica. Enfim, podemos concluir que o termo “guerra contra o terrorismo” pode ser uma alegoria retórica útil, mas não cria uma categoria legal útil. **MR**

## Referências

1. Lady Wootton de Abinger, carta escrita ao *The Times*, Edição 59311, 15, col. E, 4 fev 1975.
2. Resumido no livro de KITSON, Frank, *Low Intensity Operations: Subversion, Insurgency and Peacekeeping* (Londres: Faber & Faber, 1971). Veja também o de THOMPSON, Robert, *Defeating Communist Insurgency: Experiences from Malaya and Vietnam (Studies in International Security)* (Nova York: Palgrave Macmillan, 2 mar 1978). A minha narrativa histórica baseia-se no livro de HAMILL, Desmond, *Pig in the Middle: The Army in Northern Ireland 1969-1984* (Londres: Methuen, 1985).
3. O processo *Republic of Ireland v. United Kingdom* (Series A, No. 25), *European Court of Human Rights* (1979-80), 2, *European Human Rights Report* (EHRR) 25, 18 jan 1978.
4. Por mais de uma geração, as afiliações religiosas têm sido minimizadas e as metas políticas enfatizadas nas discussões acadêmicas sobre os enfrentamentos entre as diferentes facções na Irlanda do Norte. Desde o Onze de Setembro, de novo, as afiliações religiosas têm sido reconhecidas como fatores de motivação da violência política. Os unionistas protestantes, chamados os *Loyalists* (Legalistas) querem manter a relação atual entre a Irlanda do Norte e o Reino Unido. Alguns membros da comunidade católica se caracterizam como nacionalistas e querem a integração política com a República da Irlanda.
5. O Manual de Campanha (*Field Manual — FM*) 27-10 do Exército dos EUA, *The Law of Land Warfare* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 18 jul 1956, Change 1, 15 jul 1976), parágrafo 11a.
6. "A lei da guerra é derivada de duas fontes principais: a. Os Tratados para Formular Leis (o Convenções), tais como as Convenções de Haia e de Genebra. b. Os Costumes. Embora umas partes da lei da guerra não estejam incorporadas em qualquer tratado nem convenção que os EUA sejam uma parte, este grupo de leis consuetudinárias ou não-escritas é firmemente estabelecido pelos costumes de nações e bem-definido pelas autoridades reconhecidas da lei internacional." (*Ibid.*, parágrafo 4).
7. Veja o Artigo 3º com as Convenções de Genebra. Veja também o texto que acompanha a referência 17.
8. Compare o processo *R. v. Thain* [1985] 11 N.I.J.B. 31 (convicção afirmada) com *R. v. McNaughton* [1975] N.I. 203 e *R. v. Bohan and Another* [1979] 5 N.I.J.B. (acusados absolvidos).
9. Veja o livro de DINSTEIN, Yoram, *The Conduct of Hostilities under the Law of International Armed Conflict* (Reino Unido: Cambridge University Press, 2004), pp. 119-23. Compare a declaração de Lord Diplock em *Attorney General for Northern Ireland's Reference* [1976] N.I. 169 (contrastar o papel do soldado com o da polícia civil): "[Um] soldado que auxilia o poder civil na Irlanda do Norte está desempenhando um serviço que é sujeito à lei militar para a procura de criminosos se for ordenado por seu oficial superior e também arriscar sua vida se for necessário para prevenir atos de terrorismo. Para o desempenho dessa tarefa, ele porta uma arma, um fuzil automático, da qual o projétil, se atingir um corpo humano, é quase certo causar uma ferida grave se não à morte."
10. URBAN, Mark, *Big Boys' Rules: The Secret Struggle against the IRA* (Londres: Faber & Faber, 1992), p. 70.
11. NI AOLAÍN, Fionnuala, *The Politics of Force: Conflict Management and State Violence in Northern Ireland* (Belfast, Irlanda do Norte: The Blackstaff Press, 2000), p. 125. Ni Aolain erroneamente declara que também aplicam os Protocolos I e II das Convenções de Genebra de 1977. No entanto, ninguém afirma que os Protocolos meramente redeclararam a lei internacional consuetudinária que teriam obrigado o Reino Unido, na década de 1970, se tivesse ratificado os Protocolos ou não. Na verdade, o Reino Unido não ratificou os Protocolos e concorda com seus dispositivos legais até 1998.
12. GENTILIS, Albericus, *De Jure Belli* (1588), citado no livro de WILSON, George Grafton *Handbook of International Law*, 3ª ed. (St. Paul, Minnesota: West Publishing Company, 1939), p. 253.
13. Existem quatro Convenções de 12 de agosto de 1949: a primeira para "Melhoria das Condições dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha," T.I.A.S. 3362; a segunda relativa à "Melhoria das Condições dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha no Mar," T.I.A.S. 3363; a terceira relativa ao "Tratamento dos Prisioneiros de Guerra," T.I.A.S. 3364 e a quarta relativa à "Proteção dos Civis em Tempo de Guerra," T.I.A.S. 3365. As convenções foram ratificadas pelos EUA e entraram em vigor em 2 de fevereiro de 1956.
14. YINGLING, R.T. e GINNANE, R.W., "The Geneva Conventions of 1949," *American Journal of International Law* 46 (1952): p. 393.
15. A Terceira Convenção de Genebra, Artigo 4º.
16. *Ibid.*, Artigo 3º.
17. O IRA não parece cumprir o critério que previram os formuladores da Convenção. Veja o livro de PICTET, Jean S., editor, *Commentary on Geneva Convention IV* (Genebra, Suíça: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1958), pp. 35-36.
18. [1973] N.I. 31. Devido às limitações da mão de obra do Exército, a lista subsequentemente limitada a 450. Destes, foram presos 346. Depois de 48 horas, foram soltos 79 homens. Os outros 267 foram colocados na cadeia de Crumlin Road em Belfast ou num barco atracado na baía chamada Belfast Lough (Hamill, n. 4, pp. 57-61). Veja também DAVIS, Fergal em "Internment without Trial: The Lessons from the United States, Northern Ireland & Israel" (não publicado, o autor retém a cópia), p. 14. Os números de Davis são um pouco diferente: 342 presos e 116 soltos dentro de 48 horas.
19. O Parlamento aprovou o Ato durante a época quando a guerra de guerrilha de independência da Irlanda estava terminando. Um desafio legal contra o Ato foi rejeitado baseado na razão que os poderes outorgados estavam semelhantes a aqueles que já tinham sido sustentados durante o tempo de guerra. Veja o processo *R. O'Hanlon v. Governor of Belfast Prison* [1922], 56 I.L.T.R. p. 170.)
20. Referente aos poderes para prender, veja HOGAN, Gerard e WALKER, Clive, *Political Violence and the Law in Ireland* (o Reino Unido: Manchester University Press, 1989), p. 47. Um oficial em serviço ativo que também era um advogado mordazmente descreveu os problemas legais que o Exército enfrentou nos primeiros dias Das Dificuldades. Foi obrigado a entrar nas reservas depois de publicar suas críticas (Ten Cel EVELEGH, Robin, *Peacekeeping in a Democratic Society* [Londres: Hurst, 1972]).
21. HOGAN e WALKER afirmaram: "Depois de 1972, a palavra 'detenção' substituiu 'internamento' como a nomenclatura oficial. O Relatório Diplock apoiou esta mudança, mas o Relatório Baker opinou que a palavra 'detenção' não era menos pejorativa. Também, a palavra sobrepôs de maneira confusa os poderes policiais."
22. HARDING, Andrew e HATCHARD, John, editores, *Preventive Detention and Security Law: A Comparative Survey* (A Holanda: Kluwer, 1993), p. 10.
23. Veja o processo de *McElduff* [1972] N.I.1; PICTET, Jean S., editor, *Commentary on Geneva Convention IV* (Genebra: ICRC, 1958), pp. 35-36. Veja o processo de *Kelly v. Faulkner*.
24. O processo, parecido àquele que os EUA estão lentamente construindo, é descrito no artigo de SPJUT, R.J., "Executive Detention in Northern Ireland: The Gardiner Report and the Northern Ireland (Emergency Provisions) (Amendment) Act 1975," *Irish Jurist X* (1975): pp. 272-99.
25. A menos que esteja mencionado ao contrário, a narrativa é baseada na obra de Hamill.
26. *Ibid.*, pp. 66-67.
27. MCGUFFIN, John, *The Guinea Pigs* (Londres: Penguin Books, 1974), disponível em: [www.irishresistancebooks.com/guineapigs/guineapigs.html](http://www.irishresistancebooks.com/guineapigs/guineapigs.html).
28. Veja o informe intitulado Report of the Enquiry into Allegations against the Security Forces of Physical Brutality in Northern Ireland Arising out of the Events of 9th August, 1971, apresentado ao Parlamento pelo Secretário de Estado para o Departamento Doméstico pelo Comando (Command 4823) da Sua Majestade, novembro de 1971 (Reino Unido: Her Majesty's Stationery Office, 1971).
29. O Governo Britânico lamentou a concessão do status de prisioneiros políticos aos detidos e prisioneiros condenados por crimes com motivação política e também a isenção dos regulamentos que obrigam os prisioneiros a trabalharem. Os líderes paramilitares, tanto os do IRA e (subsequentemente) dos grupos terroristas protestantes receberam o poder de controlar seus partidários, impor a disciplina, estabelecer seus próprios programas de trabalho e realizar cursos de táticas militares ("Loyalist and IRA leaders run compounds in Ulster Jail," *The Times*, 22 fev 1973, 2C). A prática de limitado autogoverno sob "os representantes dos prisioneiros" como previsto nos Artigos 78-81 da terceira Convenção de Genebra, foi extinta 3 anos depois. Veja o artigo "Jail violence feared over ending of 'political status,'" *The Times*, 26 fev 1976, p. 4A.
30. HAMILL, *Republic of Ireland v. United Kingdom*. Veja também 2 EHRR 25 (1979-80).
31. Citado em HAMILL, p. 276.
32. URBAN, p. 75.
33. HAMILL, p. 167.

*O Coronel (RES) Michael F. Noone Jr, Força Aérea dos EUA, é Professor de Pesquisa na Columbus School of Law, Catholic University of America, Washington, D.C. Possui os títulos de Bacharel pela School of Foreign Service da Georgetown University, e de Mestre e Doutor em Direito pela Georgetown University Law School. Graduou-se com louvor na Escola de Comando e Estado-Maior da Força Aérea dos EUA. O Coronel Noone já desempenhou várias funções de comando e estado-maior no território continental dos EUA, no Reino Unido e em Marrocos. Na primavera de 1991, foi professor convidado da Academia Militar dos EUA.*